



CÓDIGO GLOBAL DE INTEGRIDADE PARA A INSPECÇÃO DO TRABALHO

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DA INSPECÇÃO DO TRABALHO

ASSOCIATION INTERNATIONALE DE L'INSPECTION DU TRAVAIL • INTERNATIONAL ASSOCIATION OF LABOUR INSPECTION
ASOCIACION INTERNACIONAL DE LA INSPECCION DE TRABAJO • INTERNATIONALE VEREINIGUNG FÜR ARBEITSINSPEKTION

الجمعية العالمية للفقد الشغل • МЕЖДУНАРОДНАЯ АССОЦИАЦИЯ ИНСПЕКЦИИ ЛО ТРУДУ

ACT

AUTORIDADE PARA AS
CONDIÇÕES DO TRABALHO



Um documento concebido para ajudar todos os funcionários dos sistemas e serviços de inspecção do trabalho a adoptarem elevados padrões de conduta profissional e ética



Government
of South Australia

SafeWork SA

Copyright © SafeWork SA, Austrália Meridional, em nome da AIIT
Título original *The Global Code of Integrity for Labour Inspection*
Traduzido e publicado mediante autorização

Copyright da tradução em língua portuguesa © ACT 2009

Código Global de Integridade para a Inspeção do Trabalho
Primeira edição: Abril 2009
Tiragem: 2 500 exemplares
ISBN: 978-989-8076-24-3 (edição impressa)
ISBN: 978-989-8076-25-0 (web pdf)
Depósito legal: 29227/2009

Impressão: Palmigráfica Artes Gráficas, Lda.
Tradução: TRADUCTA

AGRADECIMENTOS

Os nossos mais sinceros agradecimentos a Wolfgang Frhr. von Richthofen, consultor internacional e conselheiro técnico da AIIT e a Annie Rice. Ref: *A Code of Ethical Behaviour for Labour Inspectors*, OIT 2006.

O documento original foi elaborado pelo SafeWork SA, Austrália Meridional, em nome da AIIT

ÍNDICE

Mensagem da Presidente	2
1. Introdução	4
1.1 Porquê um Código de integridade?	4
1.2 Apoiar o compromisso assumido pelos países signatários da Convenção n.º 81 da OIT sobre a inspeção do Trabalho	4
1.3 Proporcionar a todos os países orientações sobre normas e expectativas profissionais e éticas	5
1.4 Promover normas éticas/profissionais modernas de boas práticas	5
1.5 Contribuir para a criação de locais de trabalho seguros e dignos	5
2. Aplicação do Código	6
3.1 Compromisso pessoal	7
3.2 Compromisso da inspeção do Trabalho	7
3.3 Compromisso do Governo/Parlamento	7
3. O Código – Um quadro ético	7
4. Processo de apreciação de reclamações	13
5. Etapas na implementação do Código	14
6. Modelo de um processo de decisão ético	15
Glossário	16



MENSAGEM DA PRESIDENTE



CONTEXTO

A elaboração de um Código Global de Integridade com vista à sua adopção pelos membros na Assembleia Geral de 2008 era um dos objectivos estabelecidos pela Associação Internacional da Inspeção do Trabalho (AIIT) para o período de 2005-2008. Este objectivo foi identificado como uma estratégia chave para alcançar uma finalidade de âmbito mais vasto: a construção de uma base sólida para o profissionalismo da Inspeção do Trabalho.

Tenho o prazer de informar que, durante a Assembleia Geral trienal da AIIT, reunida em Genebra em Junho de 2008, este Código Global de Integridade foi formalmente adoptado como um conjunto adequado de princípios destinados a apoiar, incentivar e promover o profissionalismo da Inspeção do Trabalho em todo o mundo. Compete agora aos membros da AIIT envidar os esforços necessários para assegurar a aplicação destes princípios no seu próprio país.

O Código pretende fornecer um quadro destinado a estimular cada país a discutir e adoptar o seu próprio código, tendo em consideração estes princípios

comuns e a necessidade de os adaptar às condições locais.

O Código visa promover o profissionalismo através da integridade, do empenho, da capacidade de resposta e da boa governação. Para garantir a aplicação do Código, as Inspeções do Trabalho terão de cooperar com as respectivas comunidades e governos e, em especial, com as partes interessadas do mundo do trabalho, tais como os representantes dos empregadores e dos trabalhadores. A sua participação é fundamental para a aplicação dos valores consagrados no Código.

O Código pretende ser aplicável a todos aqueles que trabalham na Inspeção do Trabalho e não apenas aos inspectores. Ao nível institucional, o Código visa levar a própria Inspeção do Trabalho a assumir o compromisso de facilitar a criação de um ambiente e condições de trabalho que permitam e incentivem o pessoal a trabalhar de acordo com estes princípios. Em termos gerais, o Código proporciona uma base sólida para criar um sistema de inspecção do trabalho credível e profissional.

A sensibilização para os elevados padrões de comportamento pessoal exigido aos inspectores em todo o mundo reforçará igualmente a confiança dos empregadores e dos trabalhadores no papel dos inspectores.

O projecto de elaboração do Código foi conduzido pela SafeWork SA, a autoridade de inspecção do trabalho da Austrália Meridional, com o auxílio do conselheiro técnico superior e consultor internacional da AIIT, Wolfgang von Richthofen, bem como do Ministério do Trabalho de Ontário.

O Código é fruto de três anos de consultas realizadas por todo o mundo. Durante este período, a AIIT aproveitou as suas conferências periódicas, fóruns, publicações e website para lançar um debate global sobre o projecto e promover este documento nas suas diversas versões.

Depois de analisarmos a viabilidade da proposta em vários países, chegámos à conclusão de que o Código ajudará todos os países, independentemente do estado de desenvolvimento da respectiva administração do trabalho, a promover a importância da eficácia e do profissionalismo dos sistemas de inspecção do trabalho, bem como a estabelecer os princípios que regem o seu funcionamento. Além disso, o documento traduz claramente uma identidade de pensamento entre os membros da AIIT, que manifestaram abertamente o seu entusiasmo em relação à aplicação dos resultados.

Durante a Conferência da AIIT que decorreu em Adelaide, em Março de 2008, os representantes de grupos internacionais de empregadores e sindicatos também manifestaram o seu apoio ao Código e felicitaram a AIIT por esta iniciativa.



Resta-me agora pedir a todos que se empenhem em aplicar os princípios deste Código Global de Integridade nos vossos próprios países. Se já tiverem adoptado medidas concretas neste sentido, convido-vos a partilharem, com generosidade, as vossas experiências com os membros que estão agora a dar os primeiros passos. Se trabalharem em conjunto, os membros da AIIT poderão assegurar o profissionalismo da inspecção do trabalho em todo o mundo.

Ao recomendar-vos este Código, aproveito para agradecer a todos aqueles que contribuíram para a elaboração do documento ao longo dos últimos três anos. Estou convicta de que, na nossa próxima Assembleia Geral, que decorrerá em Genebra, em Junho de 2011, terei a oportunidade de vos informar sobre os progressos alcançados no sentido de uma aplicação do Código a nível mundial.



Michele Patterson

Presidente

Associação Internacional da Inspeção do Trabalho



1. INTRODUÇÃO

As Inspeções do Trabalho estão em posição de influenciar a criação de locais de trabalho seguros, saudáveis, justos e produtivos. A AIIT reconhece que as práticas éticas e os valores profissionais são fundamentais para que as Inspeções do Trabalho tenham a capacidade de prestar os melhores serviços possíveis aos parceiros sociais e à comunidade.

O Código de Integridade representa um compromisso no sentido de assegurar que todas as pessoas que trabalham nas Inspeções do Trabalho actuam, em quaisquer circunstâncias, com profissionalismo, respeito, imparcialidade e integridade no desempenho das suas funções.

O Código visa ajudar as pessoas que trabalham nas Inspeções do Trabalho a compreender quais são as suas obrigações enquanto funcionários públicos e a assegurar o cumprimento das normas de conduta estabelecidas pela respectiva organização e aceites pela comunidade. O Código estabelece igualmente o compromisso da Inspeção do Trabalho no sentido de facilitar a criação de um ambiente de trabalho que permita ao seu pessoal trabalhar de acordo com os valores nele consagrados.

A elaboração do Código Global de Integridade da AIIT é coerente com o compromisso assumido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Novembro de 2006, face a uma nova série de medidas destinadas a “revigorar”, modernizar e reforçar as Inspeções do Trabalho em todo o mundo. Uma das principais iniciativas abrangidas por estas medidas consiste na elaboração de códigos globais de ética e profissionalismo.

1.1 PORQUÊ UM CÓDIGO DE INTEGRIDADE?

A AIIT elaborou este Código de Integridade para sustentar o profissionalismo das actividades desenvolvidas pela Inspeção do Trabalho. O compromisso para com os valores consagrados no Código assegurará o funcionamento das Inspeções do Trabalho segundo os princípios da transparência e da responsabilidade. A aplicação do Código também constituirá uma salvaguarda para todos os funcionários da Inspeção do Trabalho no exercício das suas funções.

O Código servirá de base à adopção de comportamentos credíveis, éticos e profissionais que se espera dos

funcionários da Inspeção do Trabalho. Tem como objectivo estabelecer normas de conduta para:

- definir padrões de comportamento aceitáveis;
- promover a adopção das melhores práticas possíveis;
- proporcionar critérios de auto-avaliação;
- estabelecer um quadro de referência para os comportamentos e as responsabilidades a nível oficial e privado;
- proporcionar um veículo para criar uma identidade profissional;
- proporcionar uma base para reforçar a influência sobre os comportamentos e, deste modo, assegurar condições de trabalho seguras, saudáveis e dignas; e
- identificar oportunidades de promoção da maturidade e reconhecimento da profissão.

Apresentam-se seguidamente outras razões subjacentes à adopção do Código de Integridade.

1.2 APOIAR O COMPROMISSO ASSUMIDO PELOS PAÍSES SIGNATÁRIOS DA CONVENÇÃO N.º 81 DA OIT SOBRE A INSPECÇÃO DO TRABALHO

Sendo uma das convenções técnicas da OIT com o maior número de ratificações, a Convenção n.º 81 actua como um catalisador do diálogo social e promove uma cultura de saúde, segurança e equidade no local de trabalho. O papel das Inspeções de Trabalho modernas consiste em assegurar a paz social e a justiça social, lutando contra práticas de trabalho injustas, reduzindo os acidentes de trabalho e as doenças profissionais e trabalhando em colaboração com as organizações de empregadores e de trabalhadores.

Ao aplicarem este Código, os países estarão a assumir, em nome das respectivas Inspeções do Trabalho, um compromisso para com o desenvolvimento dinâmico de princípios que reflectem integridade e um comportamento profissional e ético. O Código tornar-se-á numa plataforma para a liderança ao mais alto nível e determinará a conduta dos funcionários em toda a organização.



1.3 PROPORCIONAR A TODOS OS PAÍSES ORIENTAÇÕES SOBRE NORMAS E EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS E ÉTICAS

Os comportamentos contrários à ética e a corrupção existem em todos os países e assumem diversas formas. São exemplos de comportamentos contrários à ética: a aceitação de pequenos presentes provenientes da linha de produção de uma fábrica durante uma visita de inspecção; concessão de empréstimos sem juros; não divulgação de conflitos de interesses que impliquem benefícios materiais para os inspectores, os seus familiares ou amigos; a prestação de um serviço recusado a outros; permitir o desrespeito pelas filas de espera, etc.

A adopção dos valores consagrados neste Código permitirá estabelecer parâmetros éticos claros que pautarão o comportamento de todos os funcionários da Inspeção do Trabalho.

O Código fornece orientações sobre os mecanismos que permitirão a todos os funcionários distanciarem-se de práticas contrárias à ética e a denunciar as mesmas sempre que forem detectadas. Tal só será possível se existir um entendimento comum sobre os elementos que constituem um comportamento contrário à ética e os mecanismos para evitar este tipo de comportamentos.

1.4 PROMOVER NORMAS ÉTICAS/PROFISSIONAIS MODERNAS DE BOAS PRÁTICAS

A honestidade, a justiça e a cortesia, juntamente com os interesses partilhados pelos membros de uma determinada profissão, formam a base moral da ética. Uma vez que existe uma forte ligação entre atitude profissional e comportamento ético, é imperativo que o profissionalismo e o comportamento ético estejam na base de actuação de todas as Inspeções do Trabalho.

As Inspeções do Trabalho devem ter em conta que o presente Código não é um documento passivo. A sua aplicação exige uma observância contínua e implacável de um conjunto de princípios dinâmicos que pautam a conduta. Os funcionários têm o dever de exercer a sua profissão de acordo com o princípio fundamental da integridade, desempenhando as suas funções com imparcialidade e justiça. Têm igualmente o dever de se interessar pelo bem-estar dos cidadãos vulneráveis (trabalhadores e empresas) e de utilizar os seus

conhecimentos especializados em benefício de todos. Por seu lado, a Inspeção do Trabalho tem o dever de facilitar, incentivar e promover um ambiente de trabalho que permita que cada pessoa respeite estes valores.

1.5 CONTRIBUIR PARA A CRIAÇÃO DE LOCAIS DE TRABALHO SEGUROS E DIGNOS

O estabelecimento de um sistema de inspecção do trabalho credível é fundamental para assegurar a criação de locais de trabalho seguros, saudáveis, justos e dignos em qualquer comunidade.

Os profissionais da inspecção do trabalho estão numa posição privilegiada para ajudar a implementar condições de trabalho seguras e dignas no local de trabalho. No entanto, a capacidade dos inspectores do trabalho para exercerem uma influência positiva sobre os comportamentos depende da sua credibilidade.

A construção e o reforço das fundações de um sistema de inspecção do trabalho credível, eficaz e justo dependem da capacidade de demonstrar integridade.

Ao fornecer a base para assegurar a adopção de um comportamento ético por todos os funcionários das Inspeções do Trabalho, o Código atribui aos inspectores do trabalho o poder de ultrapassar ou evitar situações em que possam ser submetidos a pressões no sentido de ignorar problemas de segurança ou condições de trabalho insatisfatórias. Deste modo, reforça a sua credibilidade entre aqueles que terão de influenciar para assegurar condições de trabalho seguras e dignas.



2. APLICAÇÃO DO CÓDIGO

O presente Código tem aplicação mundial. Os valores nele preconizados podem ser adoptados aos seguintes níveis:

- País
- Estado/Província
- Região
- Sector de actividade
- Projecto
- Comunidade
- Organização
- Pessoal

O Código foi concebido de modo a que qualquer país, organização ou indivíduo o possa adoptar na sua forma actual ou utilizá-lo como modelo de referência para a elaboração do seu próprio código ou das suas próprias normas.



3. O CÓDIGO – UM QUADRO ÉTICO

Os funcionários das Inspeções do Trabalho devem prestar serviços que promovam os mais elevados níveis de integridade, correspondam às expectativas da comunidade e reforcem a sua confiança na organização e na sua autoridade.

A fim de contribuir para a concretização destas expectativas, o Código propõe um quadro ético que compreende seis valores gerais:

1. Conhecimentos e competência
2. Honestidade e integridade
3. Cortesia e respeito
4. Objectividade, imparcialidade e justiça
5. Empenho e capacidade de resposta
6. Coerência entre o comportamento pessoal e profissional.

Cada um destes seis valores é explicado em termos de “normas de conduta” aplicáveis aos indivíduos e às organizações. A aplicação dos valores e das normas de conduta exige um compromisso tanto a nível pessoal como institucional.

3.1 COMPROMISSO PESSOAL

Cada membro da Inspeção do Trabalho deve identificar-se e assumir um compromisso para com os seis valores e normas de conduta que pautam o comportamento ético. consagrados no Código,

3.2 COMPROMISSO DA INSPECÇÃO DO TRABALHO

Ao nível institucional, cada Inspeção do Trabalho deve promover a criação de um ambiente de trabalho que proporcione a todos os funcionários a oportunidade de cumprirem e aplicarem os valores e as normas de conduta consagrados no Código.

3.3 COMPROMISSO DO GOVERNO/PARLAMENTO

Importa salientar que, para que uma Inspeção do Trabalho e os seus funcionários possam aplicar plenamente o Código, a organização tem de dispor de um nível de recursos adequado. Os governos e os parlamentos, que são responsáveis pelos recursos ao dispor das Inspeções do Trabalho em termos de financiamento, pessoal e medidas legislativas, terão de assegurar a disponibilização dos recursos necessários que favoreçam a adopção destes valores.



Value

1

CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIA

DEFINIÇÃO GERAL:

Adquirido através da aprendizagem contínua e do empenho no reforço das capacidades.

NORMAS DE CONDUTA

Compromisso pessoal:

Continuarei a aperfeiçoar os meus conhecimentos e competências profissionais e procurarei melhorar os serviços prestados à comunidade.

Compromisso da Inspeção do Trabalho:

A Inspeção do Trabalho compromete-se a organizar e/ou proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional, a fim de melhorar a competência do seu pessoal.

OBJECTIVO VISADO PELO VALOR

Este valor visa desenvolver os conhecimentos e reforçar as capacidades, salientando a importância do desenvolvimento profissional e da utilização das competências profissionais para ajudar os colegas e a comunidade a criarem locais de trabalho seguros e dignos.

Value 2

HONESTIDADE E INTEGRIDADE

DEFINIÇÃO GERAL:

Uma conduta que inspire respeito e confiança.

NORMAS DE CONDUTA	OBJECTIVO VISADO PELO VALOR
<p>Compromisso pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Só darei a minha opinião, farei observações ou retirarei conclusões para efeitos oficiais depois de ter analisado todos os factos relevantes e ter tomado em consideração os aspectos profissionais envolvidos; • Exercerei a minha actividade profissional com diligência, imparcialidade e honestidade, e estarei ciente da responsabilidade de identificar situações indesejáveis ou conflitos de interesse; • Privilegiarei o interesse público no desempenho das minhas funções e evitarei qualquer conduta susceptível de comprometer a minha integridade e a confiança da comunidade; • Recusarei quaisquer ofertas, presentes, subscrições, favores, gratificações, promessas ou vantagens especiais susceptíveis de serem interpretadas como um obstáculo ao desempenho dos meus deveres profissionais; • Servirei a comunidade de acordo com as orientações da organização e do governo, parlamento ou outra autoridade competente, sem receio de críticas, prestando um serviço imparcial e profissional e emitindo opiniões francas e sem conotações políticas; • Lutarei contra o nepotismo e o favoritismo; e • Utilizarei, de modo eficaz e eficiente, os recursos ao meu dispor em benefício de todos, certificando-me simultaneamente de que estão disponíveis e são justificáveis. <p>Compromisso da Inspeção do Trabalho:</p> <p>A Inspeção do Trabalho compromete-se a desenvolver e manter processos e procedimentos destinados a fomentar uma cultura de comportamentos profissionais e éticos.</p>	<p>Este valor visa promover a honestidade e a integridade. Caracteriza-se pelos ideais de julgamento moral e independente, práticas éticas, confidencialidade e decisões esclarecidas e profissionais.</p>

Value 3

CORTESIA E RESPEITO

DEFINIÇÃO GERAL:

Demonstração de empatia, compaixão e compreensão, reconhecimento da diversidade da comunidade.

NORMAS DE CONDUTA	OBJECTIVO VISADO PELO VALOR
Compromisso pessoal: <ul style="list-style-type: none"> • Não actuarei com o intuito de prejudicar, serei imparcial e evitarei preconceitos pessoais quando tomar decisões; 	<p>Este valor promove o profissionalismo, tratando as pessoas com equidade, sem preconceitos e com imparcialidade.</p> <p>Este valor preconiza a tolerância e a recusa de abusos de poder. Salienta a ideia de que as Inspeções do Trabalho ocupam uma posição de autoridade e têm o poder de ajudar ou prejudicar a comunidade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Abordarei as pessoas e os problemas com tolerância e um espírito aberto; e 	
<ul style="list-style-type: none"> • Respeitarei todas as pessoas, independentemente do seu papel e do seu estatuto e não as sujeitarei a abusos de poder. 	
Compromisso da Inspeção do Trabalho: A Inspeção do Trabalho compromete-se a desenvolver processos e práticas que fomentem uma cultura de respeito pelos outros, assente na equidade e na diversidade.	

Value 4

OBJECTIVIDADE, NEUTRALIDADE E JUSTIÇA

DEFINIÇÃO GERAL:

Conduta imparcial, objectiva e sem preconceitos.

NORMAS DE CONDUTA	OBJECTIVO VISADO PELO VALOR
Compromisso pessoal: <ul style="list-style-type: none"> • Tratarei a comunidade e os meus colegas com respeito e cortesia, salvaguardando a dignidade das pessoas com quem contacto e tomando em consideração as suas convicções culturais e espirituais; e 	<p>Este valor refere-se ao modo como trata as pessoas e mostra que as respeita em qualquer conselho que dá, decisão que toma ou serviço que presta.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Serei justo para com todas as pessoas, promoverei a equidade e tirarei partido da diversidade tanto no meu trabalho como na comunidade. 	
Compromisso da Inspeção do Trabalho: A Inspeção do Trabalho compromete-se a implementar sistemas destinados a promover este valor e a ajudar o seu pessoal a actuar em conformidade com os princípios que lhe estão subjacentes.	

Value 5

COMPROMISSO E CAPACIDADE DE RESPOSTA

DEFINIÇÃO GERAL:

Compromisso para com os objectivos e valores da Inspecção do Trabalho. Eficácia no planeamento e calendarização das actividades.

NORMAS DE CONDUTA	OBJECTIVO VISADO PELO VALOR
<p>Compromisso pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none"> Serei dedicado e procurarei dar o exemplo na minha profissão, bem como nas tarefas e actividades que estão sob o meu controlo; 	<p>Este valor sublinha a dedicação, a aplicação, a perseverança e a convicção na importância do papel do inspector e na sua capacidade para gerar uma mais-valia.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Persistirei na execução de qualquer tarefa até que os objectivos sejam alcançados ou já não sejam, na medida do razoável, concretizáveis e procurarei respeitar o espírito da legislação do trabalho; e 	
<ul style="list-style-type: none"> Responderei às diversas necessidades da comunidade com celeridade e um espírito aberto. 	
<p>Compromisso da Inspecção do Trabalho:</p> <p>A Inspecção do Trabalho compromete-se a desenvolver planos estratégicos que estabeleçam resultados mensuráveis para as principais tarefas e actividades.</p>	

Value 6

COERÊNCIA ENTRE O COMPORTAMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL

DEFINIÇÃO GERAL:

Aplicação destes princípios tanto no trabalho como na vida privada.

NORMAS DE CONDUTA	OBJECTIVO VISADO PELO VALOR
<p>Compromisso pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não aceitei qualquer emprego nem recompensas sem autorização; 	Este valor visa promover a utilização do poder para o bem público em caso de conflito entre interesses pessoais e profissionais.
<ul style="list-style-type: none"> • Não transmitirei nem utilizarei deliberadamente informações confidenciais obtidas no desempenho das minhas funções em benefício próprio ou para obter qualquer outra vantagem; 	
<ul style="list-style-type: none"> • Privilegiarei o interesse público no desempenho de qualquer tarefa; 	
<ul style="list-style-type: none"> • Não exercerei qualquer actividade nem estabelecerei qualquer relação que crie um conflito com os meus deveres profissionais ou que dê a aparência de que tal conflito existe; e 	
<ul style="list-style-type: none"> • Adoptarei um comportamento que não prejudique a minha reputação e a do meu serviço, a fim de manter uma posição de respeito na comunidade que sirvo e onde vivo. O meu comportamento pessoal deverá ser irrepreensível. 	
<p>Compromisso da Inspeção do Trabalho:</p> <p>A Inspeção do Trabalho criará condições de emprego que valorizem os funcionários e incentivem a adopção de comportamentos adequados e um ambiente de trabalho aberto e transparente.</p>	

4. PROCESSO DE APRECIACÃO DE RECLAMAÇÕES

A fim de garantir a aplicação dos princípios do presente Código, todos os serviços de Inspeção do Trabalho deverão definir e implementar um processo transparente de apreciação de reclamações.

As reclamações podem ter origem em diversas fontes, nomeadamente um colega, um empregador, um sindicato, um trabalhador ou um utente dos serviços públicos.

Este processo deverá contar com a participação de diversas entidades, nomeadamente pessoas que não pertencem à Inspeção, a fim de assegurar a transparência, a responsabilidade e, em última análise, a credibilidade e o respeito do serviço.

O resultado do processo de reclamação deverá estar sujeito a consulta pública. Tal permitirá a correcção da situação objecto da reclamação ou, no caso de uma reclamação apresentada de má fé, a defesa das partes envolvidas. A consulta pública impedirá que as próprias reclamações favoreçam a prática de actos ilícitos, nomeadamente actos de difamação ou injúria e corrupção.



5. ETAPAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO

Para assegurar uma implementação eficaz do Código, é imperativo que sejam estabelecidos mecanismos de acompanhamento, análise e avaliação. As etapas que se seguem constituem um guia para a implementação do Código:

1. Adaptação do Código a um formato adequado ao país.
2. Aprovação do Código.
3. Publicação do Código.
4. Divulgação da aprovação do Código junto de todos os membros da Inspeção do Trabalho e da comunidade.
5. Formação de todos os membros da Inspeção do Trabalho.
6. Compromisso por parte de todos os membros da Inspeção do Trabalho. Esta etapa poderá variar de país para país. Por exemplo, poderá passar pela assinatura de uma declaração sob compromisso de honra por cada um dos membros da Inspeção do Trabalho, ser incorporado no contrato de trabalho de cada funcionário, etc.
7. O Código deverá ser acompanhado por documentação de apoio como, por exemplo, uma carta de serviço ao cliente e políticas, procedimentos e directrizes internos.
8. Em conformidade com um modelo de melhoria contínua e tendo em conta a natureza dinâmica do Código, este deverá ser revisto periodicamente através de um diálogo social tripartido



6. MODELO DE UM PROCESSO DE DECISÃO ÉTICO

O presente Código descreve o que estes valores representam para si e para o seu trabalho e propõe igualmente um modelo de um processo de decisão ético, a fim de o ajudar a aplicar estes princípios na prática.

O modelo que se segue visa servir de orientação para uma tomada de decisão ética, podendo ajudá-lo a determinar qual o melhor caminho a seguir quando confrontado com um dilema ético.

1

DEFINIR O PROBLEMA

- O que torna a situação difícil?
- Está relacionada, no todo ou em parte, com uma política do governo ou do parlamento?
- Quem mais está envolvido? As suas opiniões foram tomadas em consideração e são relevantes?
- Como é que o seu comportamento as afectaria?

2

IDENTIFICAR OS PRINCÍPIOS SUBJACENTES

- Os seus ideais pessoais entram em conflito, ou parecem entrar em conflito, com o interesse público?
- Pense nos seus deveres enquanto funcionário público.
- Consulte o Código de Integridade para determinar o comportamento que deve adoptar.
- Identifique as eventuais consequências legais a que estará sujeito se não trabalhar ou agir de forma ética ou com integridade.

Se tiver dúvidas, procure aconselhar-se antes de agir

3

IDENTIFICAR E PONDERAR AS OPÇÕES

- Identifique o impacto sobre as diferentes partes interessadas, sobre a sua família, colegas e sobre si próprio.
- Identifique as consequências legais e os princípios do Código de Integridade aplicáveis.
- No caso de decisões susceptíveis de ter um grande impacto, ou se ainda tiver dúvidas sobre o caminho a seguir, peça uma segunda opinião a uma pessoa independente e de confiança.
- Quando necessário, consulte o seu superior hierárquico ou outros serviços.

4

AUTO-AVALIAÇÃO

Faça a si próprio as seguintes perguntas:

- O que diriam a sua família, os seus colegas, os seus superiores hierárquicos ou autoridades máximas (por ex., parlamento, ministros, etc.) se os seus actos fossem divulgados na primeira página de um jornal?
- Como é que esta decisão será encarada por futuras gerações?
- O que faria se acontecesse consigo?

5

ESCOLHER O CAMINHO A SEGUIR

- O caminho que escolher terá de respeitar a legislação, as políticas e as directrizes da sua organização e do governo ou parlamento que lhe confere a sua autoridade.
- O seu comportamento terá de respeitar o Código de Integridade.
- Terá de estar em condições de justificar a sua opção perante todos.

GLOSSÁRIO

AIIT	Associação Internacional da Inspeção do Trabalho, a associação mundial para a inspecção do trabalho.
Comportamento	O modo como uma pessoa se comporta ou actua perante os outros, que é influenciado pela cultura, atitudes, emoções, valores, ética e/ou autoridade.
Conduta	Comportamento pessoal.
Ética	Filosofia moral sobre os valores relacionados com a conduta humana no que respeita à legitimidade ou ilegitimidade de certas acções, bem como dos motivos e objectivos das mesmas.
Inspecção do Trabalho	A organização responsável pela administração e/ou execução das actividades de inspecção do trabalho.
Inspector	Qualquer funcionário público cuja função consiste em examinar todos os aspectos das condições de trabalho e que está devidamente autorizado pelas autoridades competentes (por ex., governo ou parlamento) a realizar inspecções para uma organização de administração do trabalho.
Integridade	Observância de princípios morais e éticos na tomada de decisões que assentam na verdade e na honestidade.
OIT	Organização Internacional do Trabalho, a agência tripartida das Nações Unidas que reúne os governos, empregadores e trabalhadores dos seus Estados-membros, tendo em vista a sua colaboração na promoção do trabalho digno em todo o mundo.
Parte interessada	Qualquer parte que tenha um interesse numa organização ou uma relação com esta, nomeadamente o governo, empregadores, trabalhadores, clientes, fornecedores e a comunidade.
Tripartido(a)	Que envolve, conta com a participação ou é constituído por três partes, por exemplo, empregadores, trabalhadores, governo e/ou respectivas associações.





